

Para o presidente do Butantã a compra do produto francês é um desperdício e não resolve o problema da doença no Brasil. O ministro Alcení afirma que recebeu 20 mil doses de graça e condiciona importação a testes.

Cólera: vacina francesa gera polêmica.

STELLA GALVÃO

O governo brasileiro vai desperdiçar dinheiro se confirmar a compra da vacina anticólera desenvolvida pelo instituto francês Pasteur-Merieux, abrindo mão de um produto similar fabricado a baixo custo pelo Instituto Butantã e Fundação Oswaldo Cruz (Fio-cruz). A tese é do presidente do Butantã, Willy Beçak, que vem acompanhando as negociações do ministro da Saúde, Alcení Guerra, através da imprensa. O ministro anunciou anteontem em Paris a cessão de 20 mil doses da vacina, que seriam aplicadas nas cidades brasileiras que fazem fronteira com Peru, Bolívia e Colômbia, países onde o *Vibrium Cholerae* está instalado.

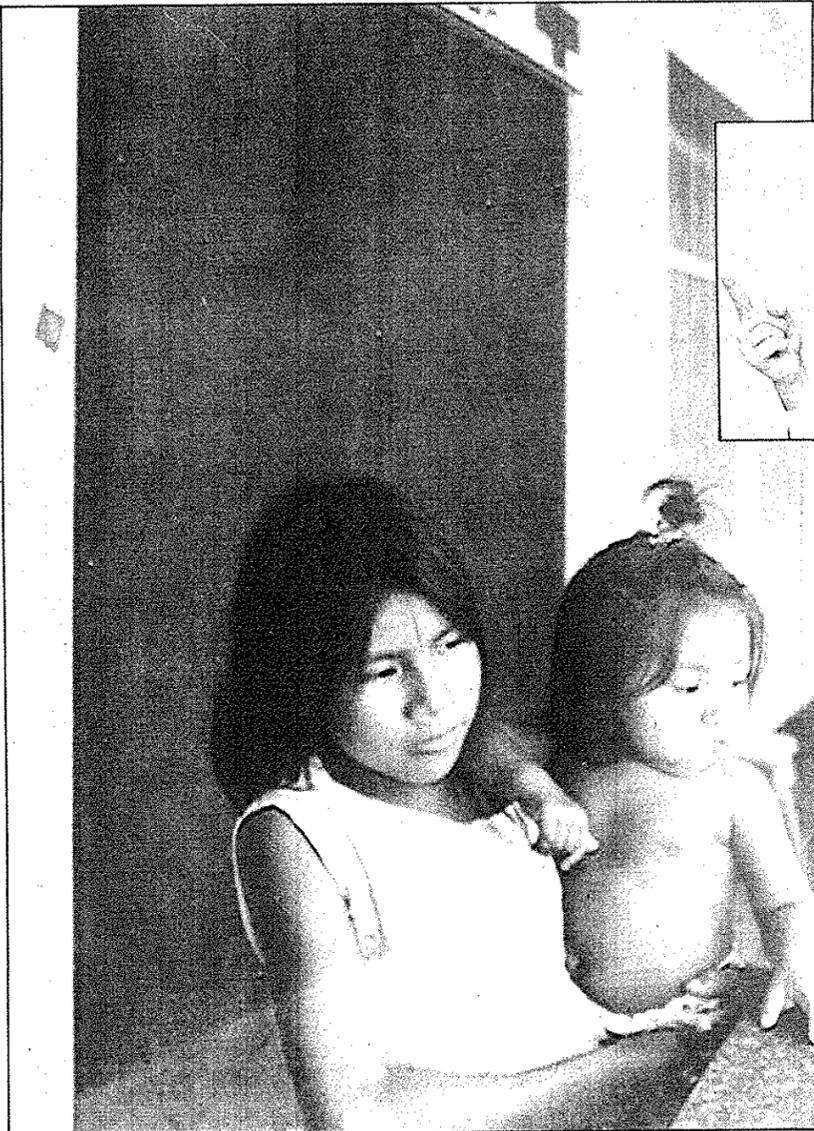
O plano de introduzir a vacina no Brasil implica na compra de milhares de doses, considerando que a intenção do Ministério é imunizar as populações das áreas de maior risco. A dose da vacina brasileira custa Cr\$ 27,44. A proteção é de 60% durante seis meses, diz Beçak, que é especialista em genética. No *tour* europeu, o ministro da Saúde obteve graciosamente, segundo disse, 20 mil doses — que chegam ao País até a próxima quarta-feira — destinadas a 10 mil pessoas do município amazense de Tabatinga.

A compra dos lotes seguintes estaria condicionada à reação imunológica obtida. Ou seja, o produto será testado em área tropical numa situação epidêmica, na qual o bacilo faz vítimas diárias e numa proporção crescente.

Experimentos

"Acabam usando o Brasil para experimentar vacinas", diz Beçak, citando recente proposta do governo japonês de experimentar um novo imunizante contra a hepatite B em brasileiros. "Precisamos ser independentes nesse sentido", indigna-se o cientista. O ministro interino da Saúde, Luiz Romero de Farias, contra-ataca: "Os testes em campo só serão feitos depois de conhecermos todos os detalhes e a população de Tabatinga não será cobaia".

Beçak estranhou a precipitação do ministro ao privilegiar o produto francês: "Os órgãos envolvidos na produção da vacina no Brasil deveriam ter sido ouvidos". A estranheza se alimenta também do desinteresse pela vacina nacional, similar à desenvolvida em todo o mundo. Na contra-mão do geneticista, que confirma a adoção do procedimento internacional na fabricação de vacinas anticólera, o ministro interino disse ontem que a Organização Mundial de Saúde (OMS) não recomenda o uso do produto desenvolvido no Butantã e chegou a proibir o seu uso no Peru.



Luiz Antonio/AE

Ele tentou justificar a importação da vacina francesa alegando que a proteção da brasileira é inferior a 50%. O químico Francisco Leonardo de Almeida, chefe da Divisão de Laboratório de Referência do Ministério, reforça a polêmica, atribuindo à vacina do Butantã efeitos colaterais como febre, dor intensa e até gânglios inflamados. Na segunda-feira, técnicos franceses e brasileiros reunem-se com o ministro Alcení Guerra em Brasília para detalhar o protocolo científico entre os dois países.

Há dois meses, quando a epidemia no Peru estava no auge e a chegada do bacilo ao Brasil era tida como inevitável, o presidente do Butantã resolveu triplicar a produção anual de 50 mil doses. Ele assegura que foi uma medida preventiva tomada à revelia do ministro. Um técnico do órgão contou ao JT que ao final da visita de Alcení Guerra ao local, em fevereiro, houve um pedido para aumentar a produção. Oficialmente, o ministro afirmou que a prioridade era investir em saneamento básico nas regiões de risco. A principal resistência dos cien-

tistas do Butantã à importação, além do desconforto de não terem sido consultados, reside na constatação de que o produto francês não foi testado em condições que comprovem a sua eficácia.

Comprovações

Mesmo a propalada proteção obtida em Bangladesh (país asiático fronteiriço com a Índia) da ordem de 80% não convence os especialistas. O presidente do Butantã contou ter se debruçado na literatura mais recente sobre o assunto para confirmar suas suspeitas. "Os testes com essa vacina, mesmo os feitos em Bangladesh, são experimentais e nada provam".

Qualquer nova vacina precisa contar com o aval de entidades internacionais como a OMS, após testes de campo criteriosamente analisados. No caso do produto francês ambicionado pelo ministro, há o agravante de que o país asiático convive com a cólera em sua forma endêmica (incidência constante, mas limitada a casos isolados). Se há determinação em



Em Tabatinga, moradores esperam a vacina anticólera. O ministro interino, Romero (no destaque), afirma: "População não será cobaia".

Confirmado o primeiro caso no País

O laboratório do Instituto de Saúde do Distrito Federal acusou ontem o primeiro caso de cólera no Brasil: Antenor Gonçalves Cruz, de 23 anos, internado no último dia 13 no Hospital da Guarnição do Exército, em Tabatinga. O anúncio foi feito em Brasília pelo ministro-interino da Saúde, Luiz Romero Farias, no final da tarde.

Embora Antenor seja brasileiro nato, é morador da ilha de Santa Rosa, no Peru. Ele foi localizado em Tabatinga pela Vigilância Epidemiológica do Ministério graças a um mapeamento feito a partir de pessoas internadas com cólera em Leticia, no Peru. Os parentes dessas pessoas no Brasil foram procurados pela Vigilância Epidemiológica e assim se chegou a Antenor. Quando foi internado, em Tabatinga, ele apresentava um quadro clínico de diarreia, como é comum na região. No seu caso, os exames feitos em Tabatinga e Brasília apresentaram o mesmo resultado: positivo.

O laboratório do Instituto de Saúde do Distrito Federal também apresentou ontem o resultado dos exames das águas do rio Solimões, que não apresentaram nenhuma das bactérias da cólera. Contudo, um dos afluentes desse rio, o Javari, próximo da ilha de Santa Rosa, só deve ter suas análises concluídas hoje.

O Ministério da Marinha expediu telex para todas as capitais de portos do País determinando que as embarcações provenientes do Peru, Colômbia e Equador ancorem em águas territoriais brasileiras apenas em local afastado da costa ou em "zona de quarentena a critério

da autoridade local". Com esta medida, o governo espera dificultar a entrada da cólera no Brasil.

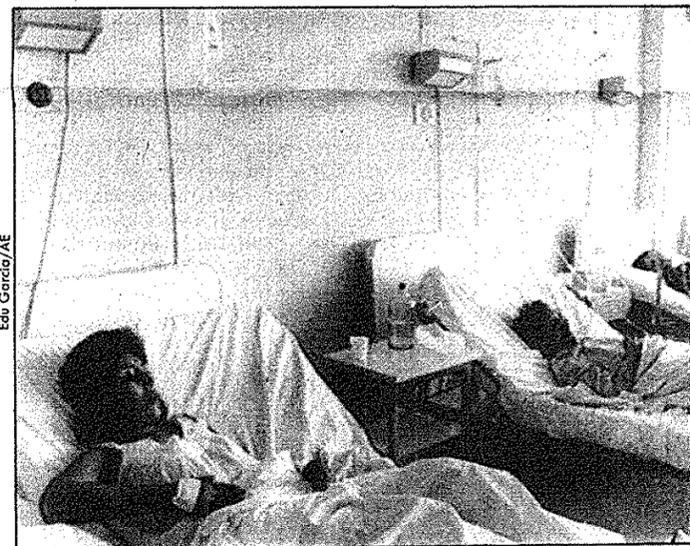
Na cidade de Tabatinga, a cinco minutos de barco da ilha peruana de Santa Rosa — esta o principal foco da doença na região — o comandante da Delegacia da Capitania dos Portos dos Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima, capitão-de-fragata Aguiar, explicou que a Marinha terá a responsabilidade de conduzir até às embarcações estrangeiras equipes do Departamento de Vigilância Sanitária e Fiscalização, do Ministério da Saúde.

Isso para que colham amostras do lixo, das latrinas e dos alimentos encontrados a bordo. A tripulação e os passageiros só poderão desembarcar se os testes derem negativo em relação ao bacilo transmissor da cólera. Em caso de teste positivo, a embarcação ficará de quarentena.

Ontem chegou a Tabatinga uma equipe de biomédicos e engenheiros sanitários de Bogotá, capital da Colômbia, para atuar em conjunto com os governos do Brasil e Peru no combate à cólera. Coordenada pelo médico Edgar Podlesky, diretor da Sociedad del Ambiente do Instituto Nacional de Salud, o grupo se deslocou imediatamente para a ilha de Santa Rosa e iniciou a coleta de água do rio Solimões.

Podlesky informou que hoje a população da ilha, formada por cerca de 100 pessoas, começa a receber uma solução de cloro para misturar à água de consumo.

Márcia Turcato e Tânia Monteiro/AE



Edu Garcia/AE

O tratamento da cólera: reposição de líquidos.

Colaborou Rubens Santos/AE